PORTARIA IBAMA Nº 106, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1999

A Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, no uso das atribuições previstas no art. 17, inciso VII, da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 3.059, de 14 de maio de 1999¹, e art. 83, inciso XIV, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria GM/MINTER nº 445, de 16 de agosto de 1989, e tendo em vista as disposições do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967², e das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981³, e 9.605, de 12 de fevereiro de 1998⁴: e

Considerando a necessidade de adoção de medidas visando a remoção do excedente populacional de tilápias do Lago Paranoá, e

Considerando o que consta no processo IBAMA nº 02001.0020.53/98-21, resolve:

Art. 1º Permitir a pesca profissional, no período de 1º de dezembro de 1999 a 31 de dezembro de 2001, somente em dois trechos do Lago Paranoá, Distrito Federal.

I - braço do Riacho Fundo, da sua foz até a Ponte Costa e Silva;

II - braço do Bananal, da sua foz até uma linha imaginária que parte do Centro Olímpico da Universidade de Brasília até margem oposta, e cujos pontos estão indicados por placas.

Art. 2º Permitir, apenas, a pesca embarcada, nos trechos definidos no artigo anterior, com a utilização dos seguintes aparelhos de pesca:

I - tarrafa com malha igual ou superior a 60mm (sessenta milímetros) entre nós opostos, da malha esticada;

II - linha de mão, caniço simples e caniço molinete.

§ 1º Os pescadores profissionais registrados no IBAMA receberão autorização especial de pesca a ser emitida pelo Órgão Ambiental do Distrito Federal, autorizações estas limitadas a um total de 460 (quatrocentos e sessenta).

§ 2º O Órgão Ambiental do Distrito Federal estabelecerá os critérios para a concessão da autorização especial de pesca referida no parágrafo anterior.

Art. 3º Aos infratores da presente Portaria serão aplicadas as penalidades previstas no Decreto-Lei nº 221/67; na Lei nº 9605/98 e legislação complementar.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria SUDEPE nº 229, de 10 de outubro de 1966⁵.

Marília Marreco Cerqueira
Presidente

(DOU de 07.12.99)

¹ Vide Decreto nº 3.059, 14 de maio de 1999, pág. 68, neste Suplemento.

² Vide Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, pág. 673, Volume 2.

³ Vide Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, pág. 1098, Volume 2.

⁴ Vide Lei nº 9.005, de 12 de fevereiro de 1998, pág. 636 (Suplemento-1998)

⁵ Vide Portaria SUDEPE nº 229, de 10 de outubro de 1966, pág. 715, Volume 2.